

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, MINISTRO JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI.**

**REDE SUSTENTABILIDADE**, partido político inscrito no CNPJ sob o nº 17.981.188/0001-07, devidamente registrado no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral sob o nº 594-54.2013.6.00.0000, com sede no ST SDS, Bloco A, CONIC, Ed. Boulevard, Sala 108/109, Asa Sul - Brasília/DF, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Coordenador Geral/ Presidente Nacional, Sr. **PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA**, brasileiro, casado, ambientalista, portador do RG nº 46210248-8, inscrito sob CPF nº 139.381.693-20, portador do Título de Eleitor nº 001464650752, zona 011, seção 0128, residente à SQSW 100, bloco A, apartamento 205, Sudoeste, Brasília (DF), CEP 70670-011, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados que a esta subscrevem, com instrumento procuratório específico incluso e endereço para intimações, sito no SBN, Quadra 02, Bloco J, Salas 901/902 - Ed. Engenheiro Paulo Maurício - Asa Norte - Brasília - DF CEP: 70.040-905, com base no art. 103, inciso VIII e art. 102, inciso I, alínea “a” da Constituição Federal e cumulado com o disposto no art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 9.868/99, propor a presente

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR  
(*inaudita altera pars*)**

**em face do constante nos artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** de acesso ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, em total afronta ao inciso V e parágrafo

único do artigo 1º (princípio democrático), o artigo 5º, caput, da CRFB/88 (princípio da isonomia e da igualdade), art. 17º "caput" (*Pluripartidarismo*), inciso IV, **art. 58, §1º todos da Constituição Federal cumulado com o artigo 12 da Lei 9.096/95, violando assim os preceitos constitucionais**, pelas razões adiante aduzidas.

### **I - DA LEGITIMIDADE ATIVA**

1- O art. 103, inciso VIII, da Constituição assegura ao Partido Político legitimidade ativa para o controle abstrato de normas.

2- Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional têm legitimidade ativa dita universal para propor ação direta de inconstitucionalidade, não incidindo, portanto, a condição da ação relativa à pertinência temática.

3- A REDE SUSTENTABILIDADE é partido político, com legitimidade ativa universal, constitucionalmente atribuída, para deflagrar o controle objetivo concentrado de constitucionalidade, devidamente registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral e representado no Congresso Nacional, como é público e notório e, nessa qualidade, dispensa prova, nos termos do art. 374, I, do CPC, restando, assim, preenchidos os pressupostos do art. 103, VIII, da Constituição Federal/88, e, bem assim, do art. 2º, inciso VIII, da Lei 9.868/99.

### **II - DO FORO COMPETENTE**

4- Nos termos do artigo 102, I, "a" e "p", da Constituição Federal, a competência para conhecer e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade em face de ato normativo federal, em contraste com Lei Fundamental, é do Supremo Tribunal Federal.

5- Assim sendo, não remanesce dúvida razoável quanto à competência originária para o processamento e julgamento da presente ação.

**III- DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO : ART. 1º, ART. 2º, ART. 3º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO N. 30 DE 2018 DE 12 DEZEMBRO DE 2018 QUE ALTEROU O ARTIGO 9 CAPUT E O § 4º DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ANEXO II DA RESOLUÇÃO N. 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.**

6- Os artigos 1º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018

de 12 dezembro de 2018 ( promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1 ), alterando o artigo 9 *caput* e o § 4 ° do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, impondo limitações ao funcionamento parlamentar das legendas que não ultrapassaram a cláusula de desempenho , previsto no §3° do Artigo 17 da CF/88, encontra-se em total incompatibilidade com a Constituição Federal Brasileira.

7- Em 13 de Dezembro de 2018, foi promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1, a Resolução n. 30 de 2018, alterando o artigo 9 *caput* e o § 4 ° do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, impondo limitações ao funcionamento parlamentar das legendas partidárias que não ultrapassaram a cláusula de desempenho, prevista no § 3° , do Artigo 17 da CF/88 , cuja norma passará a vigor a partir da data de 1° de Fevereiro de 2019 (artigo Art. 7° da Resolução n. 30/2018 ).

8- Os dispositivos legais cuja constitucionalidade restam questionadas, **que exclui, os partidos políticos que não alcançaram a cláusula de desempenho do acesso ao funcionamento parlamentar**, tem a seguinte redação:

#### **"RESOLUÇÃO Nº 30 DE 2018**

*Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, e a Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007; e dá outras providências.*

*Faço saber que a CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:*

***Art. 1º O art. 9º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:***

*“Art. 9º Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação atender os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 17 da Constituição Federal. ....*

***§ 4º O Partido que não atenda o disposto no caput deste artigo não terá Liderança, mas poderá indicar um de seus integrantes para expressar a***

*posição do Partido no momento da votação de proposições, ou para fazer uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às Comunicações de Lideranças.*

.....”(NR)

*Art. 2º O Anexo II da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre os Cargos em Comissão de Natureza Especial do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, passa a vigorar na forma do Anexo desta Resolução.*

***Art. 3º Os Partidos Políticos que não cumprirem os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 17 da Constituição Federal não terão direito aos cargos e funções dispostos no Anexo II da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007.***

*Art. 4º Os arts. 2º e 5º da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

“Art.2º

.....  
*§ 2º O parlamentar titular do órgão de lotação do servidor poderá, a seu critério, substituir o controle biométrico ou a frequência individual diária por comunicação mensal somente nos casos dos Secretários Particulares da Mesa e das Suplências, das Lideranças, da Procuradoria Parlamentar, da Ouvidoria Parlamentar, da Corregedoria Parlamentar e da Secretaria da Mulher, bem como no caso de dois outros ocupantes de Cargos de Natureza Especial, níveis CNE-7 ou CNE-9, dos órgãos da Mesa e das Lideranças.*

.....”(NR)

“Art. 5º As estruturas de funções comissionadas e de Cargo de Natureza Especial das Lideranças são as constantes do Anexo II desta Resolução.

.....  
*§ 8º Constatada a existência de excedentes de funções comissionadas ou de Cargos de Natureza Especial na estrutura das Lideranças, em desacordo com o estabelecido no Anexo II desta Resolução, deverão ser dispensados ou exonerados os servidores, com base no critério cronológico de exercício, dos mais recentes para os mais antigos, salvo indicação diversa tempestivamente apresentada pelo Líder Partidário.*

.....  
*§ 12. Constatada a necessidade de criação de funções comissionadas ou de Cargo de Natureza Especial na estrutura das Lideranças para aplicação do Anexo II desta Resolução, ela fica condicionada a autorização expressa em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.*

*§ 13. Excetuadas as funções comissionadas de Chefe de Gabinete, de Chefe de Secretaria e de Assessor de Plenário, o Líder Partidário poderá solicitar modificações na estrutura de sua Liderança constante do Anexo II desta Resolução, permitida a transformação de função comissionada em cargo de natureza especial ou vice-versa, vedado o acréscimo da despesa com pessoal.”(NR)*

*Art. 5º A estruturação da Secretaria da Juventude e da Secretaria Executiva da Comissão Especial de Documentos Sigilosos correrá à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados.*

*Art. 6º O disposto nos arts. 1º e 3º desta Resolução aplicar-se-á a partir da legislatura seguinte às eleições de 2030.*

*Parágrafo único. Nas legislaturas seguintes às eleições de 2018, 2022 e 2026, terão direito a cargos e funções dispostos no Anexo II da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007, e indicação de Líder os Partidos Políticos que tiverem cumprido, respectivamente, os requisitos dos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.*

*Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de fevereiro de 2019.*

*CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de dezembro de 2018. "*

9- Desta forma, **a partir de 1 de Fevereiro de 2019**, com a entrada em vigor do referido ato normativo, a **Requerente**, mesmo tendo atualmente liderança na Câmara dos Deputados, passará a não ter mais acesso ao funcionamento parlamentar, em razão de não ter preenchido **os requisitos dos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.**

10- Ressalta-se que a **Requerente**, no pleito de 2018, elegeu **1 Deputada Federal para a próxima legislatura**, sendo esta representante dos povos indígenas. Além disso, a **Requerente** elegeu **5 (cinco) Senadores**.

11- A síntese da controvérsia se resume em arguir a inconstitucionalidades das alterações promovidas pelos artigos **1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1**), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do**

**Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, vez que impede o funcionamento parlamentar e o *direito a cargos e funções*, aos partidos que não ultrapassaram a cláusula de desempenho.**

**IV- DA AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO NA EC 97/2017 AO REGULAR FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR.**

12- A aprovação da Resolução nº 30, de 2018 com as alterações promovidas pelos **Artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1**), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, com a imposição de restrição ao funcionamento parlamentar e acesso a liderança pelas legendas que não ultrapassam a cláusula de desempenho**, contraria à Emenda Constitucional n. 97/2017, **que, diga-se de passagem, em momento algum, em seu texto definitivo, aprovado e promulgado, impôs restrição às legendas que não ultrapassassem a cláusula de desempenho, o direito a representação e funcionamento parlamentar.**

13- A bem da verdade, quando de sua tramitação, em seu texto original, por intermédio da **PEC 282/2016 (Docs. anexos)**, a proposta original, previa a vedação ao funcionamento parlamentar pelas legendas que não ultrapassassem a cláusula de desempenho, segue trecho do § 3º do artigo 17, texto original da PEC 282/2016, *in verbis*:

*"§3º Somente os partidos políticos com funcionamento parlamentar terão direito a estrutura própria e funcional nas casas legislativas, participarão da distribuição dos recursos do fundo partidário e terão acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. ...." (Grifo nosso).*



14- Segue trecho da **PEC 282/2016 (Docs. anexos)**:

2

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição.

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. ....

.....  
§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, e terão direito a funcionamento parlamentar aqueles que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 (quatorze) unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma destas.

§ 3º Somente os partidos políticos com funcionamento parlamentar terão direito a estrutura própria e funcional nas casas legislativas, participarão da distribuição dos recursos do fundo partidário e terão acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

.....  
§ 5º O detentor de mandato eletivo ou o suplente, inclusive o detentor de cargo de Vice-Presidente, de Vice-Governador ou de Vice-Prefeito, que se desfilia do partido político pelo qual foi eleito perderá o mandato ou a suplência, salvo na hipótese do § 6º ou nos casos de

15- Ocorre que no substitutivo de **n. 5**, quando da apresentação do parecer pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 282-A, de 2016, cuja relatora designada foi a Deputada Shéridan, **restou claro na justificativa e foi retirado o trecho que restringia as legendas que não ultrapassem a cláusula de desempenho de terem direito a representação e funcionamento parlamentar. Vide justificativa apresentada no substitutivo n.5**

**para retirada do trecho que restringia a representação e funcionamento parlamentar pelas legendas:**

Ainda sobre a cláusula de desempenho introduzida no §3º do art. 17, é importante deixar claro que o texto proposto nesse substitutivo restringe única e exclusivamente a distribuição de recursos públicos do Fundo Partidário e o acesso à propaganda gratuita em rádio e televisão, não tendo qualquer impacto em termos de representação e funcionamento parlamentar. Esta PEC não estabelece, portanto, novos critérios para aferição do direito de preencher cargos no Poder Legislativo nem para o funcionamento parlamentar de partidos políticos.

**16- Pelo exposto acima, resta claro que houve a clara preocupação da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 282-A, de 2016, de ressaltar que a CLÁUSULA DE DESEMPENHO, prevista no § 3º, artigo 17 da CF/88, regula, EXCLUSIVAMENTE, sobre a distribuição de recursos do Fundo Partidário e o acesso à propaganda gratuita em rádio e televisão. Não tendo qualquer objetivo de regular ou estabelecer novos critérios para o direito das legendas de ter representação e funcionamento parlamentar nas casas legislativas.**

17- Sendo assim, o texto final do § 3º do artigo 17, restou assim aprovado:

**"EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017**

Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao



texto constitucional:

"Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

17.....

§ 1º *É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.*

**§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:**

***I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou***

***II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.***

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão." (NR)

Art. 2º A vedação à celebração de coligações nas eleições proporcionais, prevista no § 1º do art. 17

da Constituição Federal, aplicar-se-á a partir das eleições de 2020.

**Art. 3º O disposto no § 3º do art. 17 da Constituição Federal quanto ao acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão aplicar-se-á a partir das eleições de 2030.**

**Parágrafo único. Terão acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão os partidos políticos que:**

**I - na legislatura seguinte às eleições de 2018:**

- a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou**
- b) tiverem eleito pelo menos nove Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;**

**II - na legislatura seguinte às eleições de 2022:**

- a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou**
- b) tiverem eleito pelo menos onze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;**

**III - na legislatura seguinte às eleições de 2026:**

- a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de**

1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem elegido pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação." ( grifos nossos)."

18- Sendo assim, evidencia-se, que **a EC n. 97/2017, em nenhum momento condiciona o funcionamento e representação dos partidos políticos ao preenchimento dos requisitos estabelecidos no Art.17 § 3º da CF/88 (CLÁUSULA DE DESEMPENHO), muito pelo contrário, pelo acompanhamento da tramitação da proposta de emenda, verifica-se, claramente que esse não foi o objetivo da norma, sendo destacado no substitutivo n.5, que o texto proposto e aprovado referia-se tão somente " ...ao direito a distribuição de recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão. Não estabelecendo, portanto, novos critérios para aferição do direito de preencher cargos no Poder legislativo nem para funcionamento parlamentar de partidos políticos."** ( Grifos nossos).

19- Cabe destacar que, com os artigos ora impugnados, a Resolução n. 30 da Câmara dos Deputados, aprovada de forma simbólica nas últimas sessões plenárias de 2018, busca-se, na verdade, impor uma restrição draconiana que, de forma expressa nos autos da PEC 282/2017, não foi o desejo dos parlamentares ao emendarem a Carta Magna.

20- Sendo assim, com todas as vênias, não pode a Câmara dos Deputados, a despeito do poder discricionário, tolher os partidos políticos do exercício pleno dos mandatos parlamentares obtidos nas urnas.

21- Os prejuízos advindos dessa restrição e da conseqüente extinção da liderança da **Requerente**, são inúmeros, dentre eles: 1) Proibição de receber assessoramento técnico- legislativo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados; 2) não participação do colégio de líderes, que delibera, entre outros assuntos, sobre a inclusão de uma pauta acordada de proposições para discussão e votação na Ordem do Dia e sobre a fixação de vagas das Comissões Permanentes ; nem poderiam requerer à Presidência a formação de Comissão Especial para dar parecer em determinada proposição ; nem apresentar requerimento de urgência em Plenário; não poderia propor destaques para votação em separado a proposições, sem necessidade de aprovação prévia de requerimento pelo Plenário; nem tampouco requerer adiamento ou encerramento de discussão de matéria em Plenário ou adiamento de votação dessas

matérias, etc, afrontando os artigos 17, inciso IV e 58 § 1º, da Constituição Federal.

22- Não se pode olvidar que o Artigo 17, inciso IV da Constituição Federal e o STF, após o julgamento das ADIs n. 1351 e 1354, em observância ao princípio do pluripartidarismo, permite o pleno funcionamento parlamentar no interior da Câmara dos Deputados. Sobre o tema, importante destacar a ementa do referido julgado, *in verbis*:

"PARTIDO POLÍTICO. FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR. PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. FUNDO PARTIDÁRIO. **Surge conflitante com a CF lei que, em face da gradação de votos obtidos por partido político, afasta o funcionamento parlamentar** e reduz, substancialmente, o tempo de propaganda partidária gratuita e a participação no rateio do Fundo Partidário. Normatização. Inconstitucionalidade. Vácuo. Ante a declaração de inconstitucionalidade de leis, incumbe atentar para a inconveniência do vácuo normativo, projetando-se, no tempo, a vigência de preceito transitório, isso visando a aguardar nova atuação das Casas do Congresso Nacional. [ADI 1.354 e ADI 1.351, rel. min. Marco Aurélio, j. 7-12-2006, P, DJ de 30-3-2007.]

23- É importante ressaltar que os partidos recém criados, tais como é o caso da REDE SUSTENTABILIDADE, com 3 (três) anos de criação, partido com ampla e reconhecida atuação junto ao parlamento e sociedade, desde sua criação, participando ativamente do debate democrático, com a vedação expressa nos **artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, **Página 1**), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, são os mais vulneráveis frente a cláusula de desempenho.

24- Desta forma, a função desta Corte Superior é proteger os interesses e direitos dos grupos políticos minoritários, cujas demandas dificilmente encontram eco nas deliberações majoritárias, tal como foi a aprovação dos **artigos 1º, 2º, 3º e**

**parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1** ), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007.**

25- É certo que a criação de mecanismos normativos que dificultam o funcionamento parlamentar e sua representação nas Casas Legislativas, não encontra assento no texto constitucional, sendo flagrantemente inconstitucional os dispositivos previstos nos **artigos 1º, 2º 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1** ), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88.**

26- Desta forma, com a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionar-se-á, a constitucionalidade de exigência infraconstitucional de cumprimento de determinados critérios, não previstos constitucionalmente, para que as legendas tenham direito de preencher cargos no Poder Legislativo e para ter acesso ao funcionamento parlamentar de partidos políticos.

27- Cumpre informar que a **Requerente, nas eleições de 2018**, elegeu: **5 Senadores, 1 Deputada Federal indígena, 7 Deputados Estaduais e 1 Deputado Distrital.**

28- No caso vertente, os dispositivos impugnados impõe ofensa diametral a preceitos constitucionais do mais alto relevo, tais como o fundamento republicano do **pluralismo político (art. 1º, V, CF)**; princípio da **igualdade (art. 5º, caput da CF/88)**, pluripartidarismo (**art. 17, caput**), garantia constitucional do pleno funcionamento parlamentar prevista no **art. 17, inciso IV da CF/88 princípios caros ao regime democrático**, e **art. 58, caput e §1º, CF/88** ) c/c **Artigo 12 da Lei 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos)**, princípios caros ao regime democrático.

29- É a breve Síntese.

## **V - FUNDAMENTOS - RAZÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE**

### **1- VIOLAÇÃO AO ARTIGO (ART. 1º, V, CF) - PLURALISMO POLÍTICO**

30- Os valores e princípios constitucionais têm força normativa e vinculante. Embora não estabeleçam uma sanção específica por sua inobservância, podem ensejar a invalidação de atos normativos que reduzam sua intensidade ao ponto de tornarem-nos mera disposição escrita, sem qualquer efetividade.

31- Isso significa que os princípios devem ser intransigentemente observados, sobretudo aqueles considerados estruturantes, ou seja, aqueles que formatam e caracterizam o Estado como Republicano e Democrático.

32- Tais valores e princípios são encontrados já no preâmbulo da Carta Constitucional, que instituiu: “(..) *um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (...)*”. (grifos nossos).

33- **Essa indicação valorativa é reiterada no art. 1º quando afirma que um dos fundamentos do Estado brasileiro é: “V - o pluralismo político.”**

34- Ao estabelecer o “pluralismo político”, a Constituição almeja (art. 3º): “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;” e “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”.

35- Tais comandos normativos deixam claro, de antemão, que o bem de todos é abrangente, incluindo todas as pessoas e grupos sociais, políticos e econômicos. Daí a rejeição à discriminação e ao preconceito. Não é casual, portanto, que o pluralismo político é assumido como um dos fundamentos da Constituição.

36- O artigo 1º, inciso V da Constituição Federal de 1998, se revela como um dos fundamentos da própria República: o pluralismo político. No caso vertente, a norma ora impugnada, com todas as vênias, viola o preceito constitucional do pluralismo político.

37- Todas as providências normativas que visam a impedir ou dificultar a realização desses fundamentos e objetivos maculam os valores e princípios estruturantes do Estado Democrática de Direito, malferem os elementos centrais da Constituição e não devem produzir efeitos no mundo jurídico, político e social brasileiro.



38- São esses valores que obstam a validade da legislação seguir cotejada, a qual deverá ser interpretada em conformidade com a Constituição para evitar seus efeitos deletérios.

39- Como sobredito, o artigo 17 , 3º da CF/88, com redação dada pela EC n. 97/17, restringiu **única e exclusivamente o acesso a distribuição de recursos públicos do fundo partidário e o acesso à propaganda gratuita em rádio e televisão, NÃO TENDO COMO OBJETIVO CRIAR CRITÉRIOS QUE GERASSE RESTRIÇÃO AO FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR DE PARTIDOS POLÍTICOS E O DIREITO DE PREENCHER CARGOS NO PODER LEGISLATIVO**, por aqueles partidos que não atingiram a cláusula de desempenho no pleito de 2018.

40- Todavia, ao cotejar o teor dos **artigos 1º , 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** ( promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1** ), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, verifica-se que os partidos que não alcançaram a cláusula de desempenho nas eleições de 2018, não vão ter mais direito ao funcionamento parlamentar e o direito de preencher Cargos no Poder Legislativo, impossibilitando que os mesmos possam exercer com plenitude a representação política daqueles que lhes outorgaram na urna o mandato parlamentar.

41- Ora, com as alterações promovidas pelos **artigos 1º , 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** ( promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1** ), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, os partidos passaram a receber tratamento diferenciado, discriminatório e inconstitucional, vez que como não alcançaram a cláusula de desempenho, estão alijados de um direito constitucional que é o funcionamento parlamentar, previsto no artigo **17º , inciso IV da Constituição Federal** .

42- Sem sombras de dúvidas, a Resolução n. 30 de 2018, com as alterações promovidas pelos **artigos 1º , 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** ( promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento

- 13/12/2018, Página 1 ), alterando o artigo 9 *caput* e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, cria mecanismos para inviabilizar, na prática, a existência e o pleno funcionamento dos partidos minoritários, em especial os partidos pequenos criados recentemente.

43- Com isso, gradualmente e em um curtíssimo espaço de tempo, aqueles partidos que têm pautas diferenciadas dos partidos dominantes terão ainda mais dificuldade para manter suas atividades e ter visibilidade, caso não seja permitido sua atuação de forma plena por intermédio do funcionamento parlamentar.

44- Exemplificativamente, partidos como a **REDE SUSTENTABILIDADE**, que apresenta uma ampla pauta de inclusão política, econômica e ambiental, diferente de todos os outros partidos do país, não terá vez e visibilidade no processo democrático.

45- Importante destacar que muitos dos novos partidos foram criados justamente porque os partidos tradicionais não foram capazes de catalisar anseios sociais, justamente por se estruturarem de maneira fechada e sem qualquer oxigenação republicana. Esses exemplos só ilustram o fato de que as legendas minoritárias recém criadas, terão ainda mais dificuldade para manter suas atividades e ter visibilidade, silenciando pautas que têm alguma representatividade política e social, sendo certo que a **Requerente**, elegeu parlamentares (**deputados federais, estaduais e senadores, a exemplo da REDE, ora Requerente, que elegeu 5 Senadores, 1 Deputada Federal, 7 Deputados Estaduais e 1 Deputado Distrital**).

46- **A existência de pequenos partidos, nas estruturas do Poder legislativo, não é um mal em si, tampouco a fonte exclusiva do abuso do poder político**, como afirmam os partidos majoritários. Ao contrário disso, tais partidos são a condição de possibilidade para o pluralismo filosófico, moral, religioso e político, frente às estruturas fechadas (para não dizer autoritárias) dos partidos dominantes da política brasileira.

47- No entanto, como sobredito, não é isso o que se verifica na cultura política do país, razão pela qual o legislador constituinte (originário) fez questão de exigir o pluralismo não só de partidos, **mas, a preservação do pluralismo político, ou seja, de garantir uma condição mínima de existência, um mínimo existencial, para os partidos que representam ideais diferentes daqueles dos partidos dominantes.**

48- Perceba-se que o partido ora postulante não está a tratar somente do pluripartidarismo, ou seja, do aspecto quantitativo de partidos existentes no país. A questão é mais profunda e preocupante, posto que se está a discutir como o pluralismo político, fundamento da Constituição, está a se perder por força do disposto nos

artigos artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018 (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007.

49- Consigne-se que a preservação do pluralismo político-partidário é historicamente defendida pelo Supremo Tribunal Federal:

**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ELEITORAL. PROPAGANDA PARTIDÁRIA IRREGULAR. REPRESENTAÇÃO. LEGITIMIDADE. ART. 45, § 3º, DA LEI Nº 9.096/95. DIREITO DE ANTENA. ART. 17, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO. ESTREITA CONEXÃO COM PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS. MORALIDADE ELEITORAL. IGUALDADE DE CHANCES ENTRE OS PARTIDOS POLÍTICOS (CHANCENGLEICHHEIT DER PARTEIEN). DEFESA DAS MINORIAS. LEGITIMIDADE INAFASTÁVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS INDISPONÍVEIS. ARTIGOS 127 E 129 DA CONSTITUIÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (...)** 2. A regularidade da propaganda partidária guarda estreita conexão com princípios caros ao Direito Eleitoral, como a igualdade de chances entre os partidos políticos, a moralidade eleitoral, a defesa das minorias, e, em última análise, a Democracia. 3. O princípio da igualdade de chances entre os partidos políticos é elemento basilar das mais modernas democracias ocidentais, a impedir o arbitrário assenhoreamento do livre mercado de ideias por grupos opressores (JÜLICH, Christian. *Chancengleichheit der Parteien: zur Grenze staatlichen Handelns gegenüber den politischen Parteien nach dem Grundgesetz*. Berlim: Duncker & Humblot, 1967. p. 65; CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2000. p. 320). (...). Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 45, § 3º, da Lei nº 9.096/95, estabelecendo a legitimidade concorrente dos

*partidos políticos e do Ministério Público Eleitoral para a propositura da reclamação de que trata o dispositivo. (STF, ADI 4617, Min. Luiz FUX, j. 19.06.2013)." (grifos nossos).*

50- Para o professor José Afonso da Silva, em sua obra "Comentários Contextual à Constituição, p.26. Ed. Malheiros. 2011 :" **a Constituição opta, pois, pela sociedade pluralista, que respeita a pessoa humana e sua liberdade , em lugar de uma sociedade monista, que mutila os seres e engendra as ortodoxias opressivas. O pluralismo é uma realidade, pois a sociedade se compõe de uma pluralidade de categorias sociais, de classes, grupos sociais , econômicos, culturais e ideológicos"**.

51- Ora, se a própria Constituição Federal, em seu artigo 17 § 3º , com a redação dada pela EC n. 97/17, não **criou critérios que gerasse restrição ao funcionamento parlamentar de partidos políticos e o direito de preencher cargos no poder legislativo**, por aqueles partidos que não atingissem a cláusula de desempenho no pleito de 2018, não pode a legislação infraconstitucional, tolher um partido de ter acesso ao pleno funcionamento parlamentar.

52- Somente regimes autoritários (ainda que sustentados por uma maioria parlamentar) compatibilizam-se com a possibilidade de uma maioria sufocar a minoria, por meio de mecanismos que fazem-na silenciar.

53- Daí a razão da inconstitucionalidade das regras dos **Artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1**), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas, merecendo ser declarada inconstitucional.

54- Como esta Egrégia Corte reconheceu no julgamento das ADIs n.º 1351 e 1354: *"O artigo 1º revela como um dos fundamentos da própria República o pluralismo político – inciso V. (...) Vê-se o relevo maior atribuído à multiplicidade política (...) e, quanto aos partidos políticos, previu-se a livre criação, fazendo-se referência, de maneira clara, ao pluripartidarismo. (...) O que se contém no artigo 17 da Carta Federal diz respeito a todo e qualquer partido político legitimamente constituído, não encerrando a norma maior a possibilidade de haver partidos de primeira e segunda classe, partidos de sonhos inimagináveis em termos de fortalecimento e partidos fadados a morrer de inanição, (...) quer da necessária difusão do perfil junto ao eleitoral em geral, dado indispensável ao desenvolvimento relativo à adesão quando do sufrágio, quer visado, via fundo partidário, a recursos*

*para fazer frente à impiedosa via econômica-financeira.”*

55- O pluralismo político é um dos fundamentos da democracia brasileira. Isso implica reconhecer e efetivamente garantir, a participação dos vários atores sociais, agentes e entidades na vida e práticas políticas, não podendo ser diferente no campo político, em especial no parlamento.

56- No campo Político, lembra Canotilho ( 1996, p.445) que a pluralidade democrática implica na a **"inadmissibilidade da marginalização de quaisquer forças partidárias"**; implica também a atribuição de poderes específicos e o reconhecimento do relevante papel os partidos de oposição, inclusive dos partidos pequenos, de pouca expressão nacional.

57- Os partidos políticos são instrumentos para a realização da democracia. Por isso mesmo, é evidente - por tudo quanto já dito - que o acesso ao funcionamento parlamentar por uma agremiação partidária, outra coisa não é que a atuação de um direito subjetivo público dos nacionais que exercem a sua cidadania, constitucionalmente protegido.

58- Ao determinar uma diferença entre os partidos que ultrapassaram a cláusula de desempenho e os que não conseguiram ultrapassar, impondo uma regra limitadora, impossibilitando que estes exerçam seus mandatos obtidos nas urnas de forma plena, a norma ora impugnada fere o princípio do pluralismo político, vez que estabelece uma discriminação aos partidos que não ultrapassaram a cláusula de desempenho.

**59- Nesse passo, permitir que somente partidos que ultrapassaram a cláusula de desempenho, possam ter acesso ao funcionamento parlamentar e a liderança, equivale a aceitar que existem duas classes de partidos.**

60- Tal distinção é flagrantemente arbitrária e inconstitucional. Além disso, o pluralismo político exige a preservação da igualdade de chances mínimas (mínimo existencial) de coexistência entre maioria e minoria.

61- No entanto, como os **Artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - **13/12/2018, Página 1**), que conferiu nova redação ao **artigo 9º caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, limita o acesso ao funcionamento parlamentar e o direito aos cargos, apenas aos partidos que ultrapassaram a cláusula de desempenho, nas eleições de 2018, tal princípio constitucional resta maculado.

62- Estabelecer mecanismo limitador, tornando impossível o pleno funcionamento parlamentar das legendas que não alcançaram a cláusula de desempenho, nada mais é que reduzir o pluralismo político em favor dos mais aquinhoados, reduzindo o pluralismo político elevado à cláusula pétrea da Constituição Federal.

63- Essa medida, inclusive, vai contra a pretensão do Constituinte, de limitar a proliferação de legendas, **sem, no entanto, suprimir a participação plural de todas as enormes divergências políticas verificadas no seio da sociedade e no parlamento.**

64- Ocorre que, **a prevalecer a atual combinação de enrijecimento do sistema partidário**, impondo-se enormes obstáculos ao ingresso de novas forças políticas nas arenas institucionais, eliminar-se-á qualquer viabilidade concreta de efetivação do fundamento republicano do pluralismo político (art. 1º, V, CF).

65- Estabelecer mecanismo que inviabilizem o funcionamento parlamentar do partido político, nada mais é que reduzir o pluralismo político em favor dos mais aquinhoados, reduzindo o pluralismo político elevado à cláusula pétrea da Constituição Federal.

66- **Daí a razão da inconstitucionalidade das regras impostas nos artigos Artigos 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), que conferiu nova redação ao **artigo 9º caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, ora atacada, merecendo ser declarada inconstitucional.**

## **2- VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 3º, III, 5º Caput e 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E IGUALDADE .**

67- O Artigo 1º da Resolução n. 30 de 2018, que conferiu nova redação ao Artigo 9º do Regimento interno da Câmara dos Deputados, dispõe que:

*"Art. 1º O art. 9º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*"Art. 9º Os Deputados são agrupados por*



*representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação atender os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 17 da Constituição Federal.*

.....  
*§ 4º O Partido que não atenda o disposto no caput deste artigo não terá Liderança, mas poderá indicar um de seus integrantes para expressar a posição do Partido no momento da votação de proposições, ou para fazer uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às Comunicações de Lideranças.*

68- Além disso, o *Art. 3º da Resolução n. 30 de 2018, de forma arbitrária, restringe : " Os Partidos Políticos que não cumprirem os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 17 da Constituição Federal não terão direito aos cargos e funções dispostos no Anexo II da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007."*

69- Por fim, o parágrafo único do Artigo 6º da *Resolução n. 30 de 2018* , arremata: "(...) Parágrafo único. Nas legislaturas seguintes às eleições de 2018, 2022 e 2026, terão direito a cargos e funções dispostos no Anexo II da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2007, e indicação de Líder os Partidos Políticos que tiverem cumprido, respectivamente, os requisitos dos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017."

70- **Ao restringir o acesso ao funcionamento parlamentar**, somente aos partidos que ultrapassaram a cláusula de desempenho nas eleições de 2018, os dispositivos previstos nos **Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** , violam o princípio da Isonomia ou igualdade de chances que tem assento tanto no preâmbulo do texto constitucional, bem como no artigo 5º, *caput* e artigo 14 todos da *Carta Magna*.

71- Além disso, viola ainda o direito das minorias, que não dispõem de recursos (financeiros e midiáticos) para levar seus ideais à toda a sociedade e, com isso, contribuir para o debate público, fiscalizar os Poderes majoritários, e auxiliar na construção de uma sociedade solidária e inclusiva, que respeite a condição das pessoas sub-representadas, ou seja, as minorias cujas vozes não se fazem ouvir pelos partidos momentaneamente dominantes.

73- Daí porque é essencial assegurar um mínimo existencial aos partidos políticos, sem o que parcela da sociedade deixará de ser representada. Esse mínimo existencial político-partidário, que é essencial à preservação do pluralismo constitucional, assenta-se no princípio da igualdade de chances que tem assento no preâmbulo da Constituição, e em seus arts. 3º, III e 5º *caput* e artigo 14 todos da *Carta Magna*.

74- Tal princípio estabelece que **todos os partidos e grupos sociais têm direito à preservação de uma representação minimamente eficiente**, sem o que a democracia se converte em mera vontade arbitrária de uma maioria momentânea, que tende a se perpetuar no poder, justamente por excluir a minoria do processo político.

75- A prevalência dos dispositivos ora impugnados, gerará justamente o contrário, excluirá do processo político e calará a voz de uma minoria que será representada no parlamento pela **Requerente**.

76- Como afirma Carl Schmitt: *“O princípio da igualdade de chances é de uma sensibilidade tal que a dúvida séria acerca da completa disposição de todos os envolvidos já torna impossível a aplicação do princípio (...) Esse é um direito inalienável. (...) Justamente [por isso] faz parte da ideia de igualdade de chances o fato de partido dominante e partido não dominante, maioria e minoria terem paridade incondicional.”* (SCHMITT, Carl. *Legalidade e legitimidade*, trad. Tito Lívio Cruz Romão, Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 35).

77- Não há dúvidas que os dispositivos ora impugnados, ao impedir o exercício pleno do funcionamento parlamentar pela **Requerente**, também ofende a redação literal do art. 5º, *caput* da Constituição, que prevê o tratamento isonômico entre todos, isto porque: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”*.

78- No caso em tela, com a prevalência da regra de limitação de acesso ao funcionamento parlamentar pelos partidos que não ultrapassaram a cláusula de desempenho disposta **nos artigos 1º, 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, cria-se duas categorias de partidos. **Sendo relevante destacar ainda que os partidos, além de terem sido alvejados pela cláusula de desempenho, agora não podem a ela sobreviver no parlamento, porque os artigos ora impugnados, criou uma discriminação injustificada.**

79- O texto constitucional não estabelece partidos de categorias distintas, muito pelo contrário, o artigo 5 da Constituição Federal de 1988, determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Portanto, ao estabelecer normas que cria distinção entre partidos iguais perante a lei, esta fere frontalmente os

preceitos constitucionais, com desrespeito ainda aos direitos das minorias.

80- O disposto no *artigo 17, caput, inciso IV, da Constituição Federal, aplica-se a todo e qualquer partido político, regularmente constituído, não disciplinando a Carta Magna, a existência de partidos de primeira ou segunda classe, em especial no tocante ao funcionamento parlamentar.*

81- Repita-se que as alterações promovidas pela EC n.97/17, em seu *art. 3º, parágrafo único e incisos I, II e III, nem mesmo o disposto no artigo 17, 3º da CF/88, não criaram critérios de acesso ao funcionamento parlamentar, restringindo o acesso somente àqueles que cumprissem os requisitos estabelecidos no artigo 17, 3º da CF/88 e art. 3º, parágrafo único e incisos I, II e III da EC n.97/17. Muito pelo contrário, como já exposto alhures, qualquer menção a restrição ao funcionamento parlamentar pelos partidos que não ultrapassassem o disposto no art. 3º, parágrafo único e incisos I, II e III, nem mesmo o disposto no artigo 17, 3º da CF/88, foram retirados.*

82- Aliás sobre esse tema, o Ministro Marco Aurélio, Douto Relator das ADIs nºs 1351 e 1354, ressaltou em seu brilhante voto que:

"O que aconteceu, considerados os novos ares constitucionais, os benfazejos ares democráticos, ao menos assim se quer e se proclama a todos os ventos, consagrados na Lei Fundamental de 1988? **O artigo 1º revela como um dos fundamentos da própria República o pluralismo político - inciso V. Já o parágrafo único do citado artigo estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos do Diploma Maior. Este, ao fixar as condições de elegibilidade, menciona a necessária filiação partidária, ou seja, não existe a possibilidade de o cidadão, sem respaldo de partido político, lograr mandato eletivo, presente o sufrágio universal, o voto direto e secreto.** O Capítulo V de Título compreendido em parte básica da Constituição Federal - o II, porque trata dos direitos e garantias fundamentais - encerra como medula a liberdade dos partidos políticos, predicado inafastável quanto a essas pessoas jurídicas de direito privado. Pedagogicamente consigna a liberdade na criação, fusão, incorporação e extinção de partidos

políticos, revelando a necessidade de se resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Vê-se o relevo maior atribuído à multiplicidade política. **Relembrem: como fundamento da República, versou-se o pluralismo político e, quanto aos partidos políticos, previu-se a livre criação, fazendo-se referência, de maneira clara, ao pluripartidarismo.** Tratou-se do caráter nacional das entidades para, a seguir, dispor-se que os partidos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo ter os estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. **O que se contém no artigo 17 da Carta Federal diz respeito a todo e qualquer partido político legitimamente constituído, não encerrando a norma maior a possibilidade de haver partidos de primeira e segunda classes, partidos de sonhos inimagináveis em termos de fortalecimento e partidos fadados a morrer de inanição, quer sob o ângulo da atividade concreta no Parlamento, sem a qual é injustificável a existência jurídica, quer da necessária difusão do perfil junto ao eleitorado em geral, dado indispensável ao desenvolvimento relativo à adesão quando do sufrágio, quer visando, via fundo partidário, a recursos para fazer frente à impiedosa vida econômico-financeira. Em síntese, tudo quanto venha à balha em conflito com os ditames maiores, os constitucionais, há de merecer a excomunhão maior, o rechaço por aqueles comprometidos com a ordem constitucional, com a busca do aprimoramento cultural."**

83- Ainda discorrendo sobre o funcionamento parlamentar e o direito das minorias, prossegue em seu voto :

"(...) Verificada a existência jurídica do partido, a participação em certas eleições, o êxito quanto a mandatos políticos em disputa, não há como afastar do cenário a vontade dos cidadãos que elegeram candidatos, que vieram a preencher cadeiras em Casas Legislativas, desvinculando-os, em quase um passe de

funesta mágica, do próprio partido que respaldou a candidatura. Surge incongruente assentar a necessidade de o candidato ter, em um primeiro passo, o aval de certo partido e, a seguir eleito, olvidar a agremiação na vida parlamentar. O casamento não é passível desse divórcio. "

" (...)

Se o partido político não eleger representante, é óbvio que não se poderá cogitar de funcionamento parlamentar. **Considerada a ordem natural das coisas, cuja força é insuplantável, a conveniente representatividade dos partidos políticos no parlamento fica jungida tão-somente ao êxito verificado nas urnas, entendendo como tanto haver sido atingido o quociente eleitoral, elegendo candidatos, pouco importando o número destes. Só assim ter-se-á como atendido o fundamento da República, ou seja, o pluralismo político, valendo notar que o verdadeiro equilíbrio decorre do somatório de forças que revelem a visão dos diversos segmentos que perfazem a sociedade.**"

" (...) A cláusula constitucional a remeter o funcionamento parlamentar, as balizas deste, a preceito legal - o que, no entendimento do ministro Célio Borja, constante de parecer, leva à disciplina mediante regimento interno - não pode ser tomada a ponto de admitir-se que a lei inviabilize, por completo, o dito funcionamento, acabando com as bancadas dos partidos minoritários e impedindo os respectivos deputados de comporem a Mesa Diretiva e as comissões, em flagrante contrariedade à disposição do § 1º do artigo 58 da Constituição Federal, no que sinaliza, em bom vernáculo, a necessidade de ambas - Mesa e comissões - serem integradas, se houver possibilidade física, de forma proporcional, pelos partidos e blocos parlamentares existentes na Casa, vale dizer, que tenham deputados eleitos."

84- Do voto do Ministro Marco Aurélio nas **ADIs n. 1351 e 1354**, verifica-se que esta Corte Superior, considera inconcebível que regimento interno da Câmara dos Deputados ou qualquer casa legislativa, inviabilize o funcionamento parlamentar, acabando com as bancadas dos partidos minoritários, não importando o número de deputados eleitos.

85- Não há dúvidas que os dispositivos previstos **nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, fere o princípio da igualdade ao estabelecer partidos de duas classes.

86- Este é o caso dos autos, a **Requerente**, **muito embora não tenha ultrapassado a cláusula de desempenho imposta pela EC n.97/17**, elegeu no pleito de 2018, **1 (uma) Deputada Federal ( 1 Mulher Indígena a ocupar uma cadeira no parlamento) e 5 ( cinco) Senadores.**

88- Os povos indígenas brasileiros tiveram o reconhecimento de seus direitos de organizações próprias, pela primeira vez desde o período colonial, na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna reconheceu também a esses povos o direito à condição permanente de indígenas ao invés de serem considerados e conceituados como objetos para assimilação à cultura nacional. Direito esse que significa a integridade de sua identidade cultural.

89- A representação política indígena, no entanto, tem sido um direito democrático com parca incidência em nossa história. **O primeiro mandato de cidadão indígena - e até agora o único - foi o do deputado Federal Mário Juruna, do povo Xavante, em 1983, pelo PDT.**

90- Neste contexto, o mandato da Deputada Federal Joenia, do povo Wapixana, em 2018, pela REDE SUSTENTABILIDADE, se reveste de dupla importância para a representação das minorias sociais, pois além de dar continuidade à representação parlamentar dos povos originários do Brasil, significa também o reforço da presença da mulher na política.

91- Sendo assim, é imprescindível que a casa do povo, conceda **espaços de fala para as minorias e crie leis que atendam aos seus interesses e necessidades, não o contrário. Em especial, no que concerne ao exercício do mandato**



**parlamentar em sua plenitude, para que essa minoria, representada pelo mandato parlamentar, ocupe os espaços necessários nas comissões, liderança. Essa atitude, colabora para a diminuição da discriminação contra esses grupos minoritários e garante que toda sua população seja contemplada com direitos fundamentais, como estabelecido na Constituição Brasileira.**

92- Pelo exposto, ao restringir o funcionamento parlamentar, excluindo partidos que tenham eleito apenas 01 (um parlamentar), em especial, **o mandato da Deputada Federal Joenia, do povo Wapixana, eleita em 2018, pela REDE SUSTENTABILIDADE, que se reveste de dupla importância para a representação das minorias sociais, pois além de dar continuidade à representação parlamentar dos povos originários do Brasil, significa também o reforço da presença da mulher na política, os dispositivos previstos nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018**, violam flagrantemente o princípio da Isonomia ou igualdade de chances que tem assento tanto no preâmbulo do texto constitucional, bem como no artigo 5º, *caput* e artigo 14 todos da *Carta Magna, bem como fere de morte o direito das minorias que não terão assento e espaços de fala para as minorias, já que não terá o exercício do mandato parlamentar em sua plenitude, vez que com as restrições impostas pelos dispositivos, ora impugnados, ficará impedida de ocupar os espaços necessários nas comissões, liderança.*

93- Em tema diverso, mas tratando da questão da igualdade de tratamento aos partidos políticos, em especial aqueles recém-criados, citando o voto do Eminentíssimo Ministro Dias Toffoli, no julgamento das ADI's nº 4.430 e 4.795, destaca-se trecho do voto do Eminentíssimo Ministro Luiz Fux, explicitando que **“o art. 17 da Constituição, que consagra o direito político fundamental da liberdade de criação de partidos, tutela, igualmente, as agremiações que tenham representação no Congresso Nacional, sendo irrelevante perquirir se essa representatividade resulta, ou não, da criação de nova legenda no curso da legislatura”** (ADI nº 5.105/DF).

94- Em seu voto, na ADI nº 1.351, o Eminentíssimo Ministro Marco Aurélio, relator, fazendo uma comparação com as previsões constitucionais para manejo das ações objetivas e a necessidade de se resguardar um mínimo de isonomia entre as legendas, é enfático em afirmar que: **“A Constituição Federal atribui ainda legitimidade aos partidos políticos para provocarem a jurisdição constitucional concentrada, sendo suficiente, contar, para tanto, com um único representante em qualquer das Casas do Congresso. Em última análise, as previsões constitucionais encerram a neutralização da ditadura da maioria, afastando do cenário nacional óptica hegemônica e, portanto, totalitária. [...] sem, no entanto, viabilizar que norma estritamente legal determinasse a vida soberba de alguns partidos políticos e a morte humilhante de outros.”** [grifo nosso]

95- A inconstitucionalidade dos dispositivos previstos nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018 (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, impondo limitações ao funcionamento parlamentar das legendas que não ultrapassaram a cláusula de desempenho previsto no §3º do Artigo 17 da CF/88, é flagrante, devendo ser coibido por esta Corte Superior.

96- Seguindo o mesmo entendimento, o voto do Eminentíssimo Ministro Gilmar Mendes, no julgamento da mesma ADI nº 1.351, tratando especificamente da igualdade de tratamento que deve ser dado pelo Estado aos partidos políticos, in verbis:

“A dificuldade está nos aspectos jurídicos e fáticos. Quanto aos aspectos jurídicos, ela reside na diferenciação acentuada do objeto envolvido como consequência das próprias diferenças de uma sociedade livre e aberta. Daí afirmar Dieter Grimm que a neutralidade estatal deve ser entendida como não-influência da desigualdade, o que lhe confere caráter de igualdade formal. Quanto aos aspectos fáticos afigura-se inegável que o Estado, que há de conduzir-se com neutralidade em relação aos partidos, é também um Estado partidariamente ocupado.

[...]

**Na concepção de Heller, 'o Estado de Direito Democrático atual encontra seu fundamento, principalmente, na liberdade e igualdade da propaganda política, devendo assegurar-se a todas as agremiações e partidos igual possibilidade jurídica de lutar pela prevalência de suas ideias e interesses.'"**

[grifos nossos]

97- Em outro trecho do seu voto, prossegue, de modo brilhante e salutar, o

Eminente Ministro:

“Todavia, há de se observar que o direito de “igualdade de chances” não se compadece com a ampliação ou a consolidação dos partidos estabelecidos. Eventual supremacia há de ser obtida e renovada em processo eleitoral justo (fairer Wettbewerb) e abrangente da totalidade da composição partidária.

**Como já ressaltado, a gradação da igualdade de chances, tal como desenvolvida pelo Tribunal Constitucional o assente na Lei dos Partidos (§ 5), há de levar em conta a “significação do partido”. Esta deve corresponder à sua participação na formação da vontade política (... Anteil den sie na der politischen Willensbildung des Volkes hat). E o critério fundamental para aferição do grau de influência na vontade política é fornecido, basicamente, pelo desempenho eleitoral.**

[...]

**Tais considerações estão a demonstrar que, não obstante eventuais percalços de ordem jurídica ou fática, a “igualdade de chance”, concebida como princípio constitucional autônomo, constitui expressão jurídica da neutralidade do Estado em relação aos diversos concorrentes. O seu fundamento não se assenta única e exclusivamente no postulado geral da “igualdade de chance” (Lei Fundamental, art. 3º, I). Ao revés, a igualdade de chance é considerada como derivação direta dos preceitos constitucionais que consagram o regime democrático (art. 20, I) e pluripartidário (art. 21, I).**

**Não tenho dúvida de que a “igualdade de chance” é princípio integrante da ordem constitucional brasileira. (g.a.)**

Considere-se, de imediato, que o postulado geral de igualdade tem ampla aplicação entre nós, não se afigurando possível limitar o seu alcance, em princípio, às pessoas naturais, ou restringir a sua utilização a determinadas situações ou atividades. Nesse sentido, já

observara Seabra Fagundes que 'tão vital se afigura o princípio ao perfeito estruturamento do Estado democrático, e tal é a sua importância como uma das liberdades públicas, para usar a clássica terminologia de inspiração francesa, que, não obstante expresso como garantia conferia a 'brasileiros e estrangeiros residentes no País', o que denota, à primeira vista, ter tido em mira apenas as pessoas físicas, se tornou pacífico alcançar, também, as pessoas jurídicas'.

Em virtude da chama 'força irradiante do princípio da igualdade' parece espriar-se por todo o ordenamento jurídico contemplando, de forma ampla, todos os direitos e situações.

[...]

De resto, a concorrência é imanente ao regime liberal de democrático, tendo como pressuposto inafastável a neutralidade do Estado.

[...]

Afigura-se, pois, dispensável ressaltar a importância do princípio da isonomia no âmbito das relações estatais. Como a ninguém é dado recusar a integração a uma determinada ordem estatal, faz-se mister reconhecer o direito de participação igualitária como correlato necessário da inevitável submissão a esse poder de império. E o direito de participação igualitária na vida da comunidade estatal e na formação da vontade do Estado não se restringe à igualdade eleitoral, ao acesso aos cargos públicos, ao direito de informação e de manifestação de opinião, abrangendo a própria participação nos partidos políticos e associações como forma de exercer influência na formação da vontade política.

**Vê-se, pois, que o princípio de igualdade entre os partidos políticos constitui elementar exigência do modelo democrático e pluripartidário." (grifos nossos)**

98- Diante do exposto, invoca-se o princípio da isonomia constitucional , que prevê a igualdade de condições, possibilidade e de tratamento isonômico pela lei. Sendo certo que por meio desse princípio são vedadas distinções arbitrárias, garantindo tratamento igual para aqueles que sejam essencialmente iguais, no caso em tela, a invocação do referido princípio objetiva que esta Corte Superior com a suspensão dos dispositivos impugnados, conceda tratamento igual aos partidos, garantido o pleno funcionamento parlamentar.

99- Desse modo, pleiteia-se, respeitosamente, a esta Colenda Suprema Corte, a declaração de inconstitucionalidade **dos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando **o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, em respeito ao princípio da igualdade , à isonomia constitucional, ao princípio republicano e ao pluripartidarismo.

### **3- VIOLAÇÃO AO ARTIGO 17, CAPUT e INCISO IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

100- A CF/88 em seu artigo 17 , *caput e inciso IV*, dispõe:

"Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

IV- Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

101- A própria Constituição destaca a importância do pluripartidarismo, entendendo este como uma ferramenta essencial para a representação social, sendo certo que este assegura diretamente direitos políticos e , indiretamente direitos sociais e fundamentais.

102- Além disso, a CF/88 em seu Artigo 17, inciso IV, garante aos partidos, o funcionamento parlamentar.

103- Sendo assim, **o disposto nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do**

**art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, impondo **limitações** ao funcionamento parlamentar das legendas que **não ultrapassaram a cláusula de desempenho** previsto no **§3º do Artigo 17 da CF/88**, viola também o **pluripartidarismo que é uma garantia constitucional**.

104- Ainda no voto do Ministro Marco Aurélio, nas ADIs nºs 1351 e 1354, sobre o **pluripartidarismo e a garantia do funcionamento parlamentar**, esse destacou que:

" (...)

Ainda sob o ângulo do pluripartidarismo, da representatividade dos diversos segmentos nacionais, é dado perceber a ênfase atribuída pela Carta Federal às minorias. No tocante às comissões permanentes e temporárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o § 1º do artigo 58 do Diploma Maior assegura sem distinguir, considerada a votação obtida, o número de eleitos, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. Aliás, na cabeça do artigo, há a remessa aos Regimentos Internos do Congresso bem como das duas Casas, e versa o preceito algo compreendido no gênero funcionamento parlamentar, disciplina em sintonia com a independência dos Poderes. No processo legislativo, no aperfeiçoamento da lei em sentido formal e material, neste ato complexo, atua, ao término da linha, o Executivo, sancionando ou vetando o que aprovado pelas Casas Legislativas. **Fica no ar: existentes partidos com deputados eleitos, é dado a Poder diverso - o Executivo - compor e balizar o funcionamento interno, embora de forma conjunta com Senado e Câmara? Di-lo que não o jurista e ex-ministro Célio Borja.** Endosso a óptica por Sua Excelência externado.



Da mesma forma que ao Judiciário cumpre reger órgãos internos - artigo 96, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal - via regimento interno, tem-se, preservado o sistema como único, idêntico enfoque quanto à vida interna de cada Casa Legislativa - artigos 51, incisos III e IV, 52, incisos XII e XIII, e 58 da Carta da República. Vale repetir o que consignado pelo parecerista em peça elaborada a pedido da Mesa da Câmara dos Deputados, considerada transcrição contida em memorial:

*"Da independência do órgão colegiado do Poder Legislativo e da inviolabilidade dos seus membros, no exercício do mandato, resulta a impossibilidade de lhes regular a conduta parlamentar por lei formal, dado que assim facultar-se-ia a intromissão de outra Casa e do Presidente da República em assunto entregue à autonomia de cada uma das Câmaras"*

*".....  
As bancadas são instituições de direito parlamentar exclusivamente. Constituem-se, nos corpos legislativos, pela reunião dos representantes que se identificam pela unidade de propósito e pela uniformidade da atuação. Agrupam-se sob a liderança que designam"*

Sim, presentes deputados necessariamente vinculados a certo partido, cuja existência civil e registro no Tribunal Superior Eleitoral sejam incontestáveis, a eles são aplicáveis, em termos de atividade parlamentar, as normas constantes do Regimento Interno. Fora isso é menosprezar a independência funcional da Casa Legislativa.

Estabelece o § 3º do mesmo artigo 58 que a criação de comissão parlamentar de inquérito se faz mediante requerimento de um terço dos

membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou, se comissão mista, de ambas as Casas. A Constituição Federal atribui ainda legitimidade aos partidos políticos para provocarem a jurisdição constitucional concentrada, sendo suficiente, contar, para tanto, com um único representante em qualquer das Casas do Congresso. Em última análise, as previsões constitucionais encerram a neutralização da ditadura da maioria, afastando do cenário nacional ótica hegemônica e, portanto, totalitária. Concretizam, em termos de garantias, o pluralismo político tão inerente ao sistema proporcional, sendo com elas incompatível regramento estritamente legal a resultar em condições de exercício e gozo a partir da gradação dos votos obtidos. Aliás, surge incongruente admitir que partido sem funcionamento parlamentar seja, a um só tempo, legitimado para a propositura das ações direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade, não tendo atuação na Casa Legislativa, mas agindo via credenciamento popular no âmbito do Judiciário, tudo acontecendo - repito - sem que existente a restrição constitucional.

Vê-se que a Lei Básica de 1988 não manteve a vinculação surgida com a Constituição de 1967, para o desenvolvimento da atividade política pelo partido, aos votos obtidos em determinado certame. Nem se diga que o inciso IV do artigo 17 remete o funcionamento parlamentar à disciplina mediante lei, podendo esta última dispor sobre algo de fundamental relevância, ou seja, sobre a criação de partidos políticos de primeira e segunda categorias, considerado o desempenho nas urnas. A previsão quanto à competência do legislador ordinário para tratar do funcionamento parlamentar há de ser tomada sem esvaziar-se os princípios constitucionais, destacando-se com real importância o revelador do pluripartidarismo.

Vale dizer que se deixaram à disciplina legal os parâmetros do funcionamento parlamentar sem, no entanto, viabilizar que norma estritamente legal determinasse a vida soberba de alguns partidos políticos e a morte humilhante de outros. "

105- Cumpre destacar ainda, que esta Corte Superior, ao enfrentar o tema, se manifestou deferindo medida liminar nos autos do MS n. 26460-DF, para suspender os efeitos da Resolução n. 1 de 2007, mantendo a estrutura da Liderança do PSOL na Câmara Legislativa até julgamento final do presente mandado de segurança. O então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Eros Grau, em suas razões de decidir, sustentou , *in verbis*:

"DECISÃO:

**Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL contra ato do Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ato consubstanciado na Resolução n. 1, de 8 de fevereiro de 2007.**

Alega que em razão da eleição de três deputados federais de diferentes Estados-membros detém a prerrogativa de pleno funcionamento parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados, nos termos do disposto no art. 56, I, da Lei n.9.096/95 e no art. 17, IV, da Constituição do Brasil.

O partido político funciona, nas Casas Legislativas, através de uma bancada, que deve constituir suas Lideranças de acordo com o seu estatuto, os preceitos legais e o regimento interno da respectiva Casa [art. 12 da Lei n. 9.096/95].

**Aponta que, no entanto, o art. 9º do Regimento Interno daquela Casa Legislativa prevê a constituição de Liderança pelos partidos que tenham bancadas compostas de, no mínimo, cinco deputados. O ato coator, fundamentado nesse preceito, prevê a extinção da Liderança do impetrante a partir da atual legislatura.**

**Sustenta que a Lei n. 9.096/95 foi alterada recentemente, em decorrência do julgamento das ADIs ns. 1.351 e 1.354 [Informativo n. 451],**

**do que resultou ter sido dela extirpado o limite temporal previsto no art. 56.**

Afirma que, em consequência da inexistência da Liderança, a Câmara dos Deputados deverá adequar, até o dia 31 de março, a lotação dos servidores, de modo que os funcionários do impetrante deverão ser exonerados, nos termos do disposto no art. 5º do Ato da Mesa n. 11/2003.

Diz que, "mesmo diante da liberdade ou discricionariedade da Câmara dos Deputados de definir e dar aplicabilidade ao direito constitucional de funcionamento parlamentar, não pode fazê-lo de modo restritivo, com o tolhimento do exercício dos mandatos parlamentares obtidos nas urnas, ou ainda, de modo ilegal" [fl. 12].

Enumera prejuízos advindos da extinção da Liderança, como a não participação do Colégio de Líderes e a impossibilidade de receber assessoramento técnico-legislativo da Consultoria Legislativa.

Alega que o presente writ não importa na interferência do Poder Judiciário em matéria interna corporis do Legislativo, eis que o direito líquido e certo a que faz jus está calcado diretamente no preceito constitucional do art. 17, IV. Informa que há Projeto de Resolução visando à alteração do Regimento Interno, que iniciou sua tramitação na última sexta-feira, 16 de março.

Requer, liminarmente, seja mantida a Liderança do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL na Câmara dos Deputados, com as atuais prerrogativas regimentais e estrutura funcional, concedendo-se a ordem para reconhecer o direito ao pleno funcionamento parlamentar.

É o relatório.

Decido.

A concessão de medida liminar exige a coexistência da plausibilidade do direito

invocado pelo impetrante e do receio de dano irreparável decorrente da demora na concessão definitiva da ordem.

**O ato coator, desdobrado do que dispõe o art.9º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, contrariaria frontalmente os preceitos veiculados pelo art. 56, I, da Lei n. 9.096/95 e pelo art. 17, IV, da Constituição do Brasil.**

A presente impetração estaria, se de plano observada a jurisprudência desta Corte, fadada ao não conhecimento. Isso é o que se extrai dos precedentes MS n. 22.494, Relator o Ministro MAURÍCIO CORRÊA, DJ 27.06.97; MS n. 24.041, Relator o Ministro NELSON JOBIM, DJ 11.04.2003 e MS n. 22.503, Relator para o acórdão o Ministro MAURÍCIO CORRÊA. Nesses julgados o Supremo deixou de conhecer das impetrações, sob o argumento de que os atos coatores tratavam de matéria interna corporis, imunes à apreciação do Poder Judiciário.

O pragmatismo que, vez ou outra, envolve os trabalhos do Tribunal levaria a esse desfecho, o que pode fazer com que esta Corte deixe de se manifestar sobre, ou mesmo debater, questões de suma importância para o desenvolvimento saudável da República.

**A questão posta no presente mandado de segurança envolve a necessidade de conferirmos respostas às seguintes questões: o Poder Legislativo pode, expressando-se mediante lei, afrontar a Constituição? e pela via do seu Regimento Interno, pode o Legislativo, a pretexto de se tratar de matéria interna corporis, afrontar a Constituição? por essa mesma via, o Regimento Interno, o Poder Legislativo pode descumprir o que a lei determina?**

Encontro as primeiras linhas de resposta a estas questões nos votos proferidos pelos Ministros CELSO DE MELLO e MARCO AURÉLIO, quando do julgamento do MS n. 22.494, Relator o Ministro Maurício Corrêa. Diz o Ministro CELSO

DE MELLO: "Não posso, [...] exatamente porque existe, no caso, um claro fundamento constitucional sobre o qual se apóia a pretensão dos impetrantes, conferir inaceitável precedência a um argumento menor, de caráter meramente regimental, para, a partir dele - e com incompreensível preponderância sobre a grave afirmação de desrespeito ao texto da Constituição de república -, frustrar o controle jurisdicional sobre deliberação parlamentar alegadamente violadora de uma prerrogativa constitucional, assegurada, em tema de fiscalização legislativa, às minorias existentes no âmbito das Casas do Congresso Nacional. A existência de fundamento constitucional invocado pelos impetrantes do presente mandado de segurança [...] não pode degradar o exame da controvérsia jurídica a um plano, que, por revestir-se de alegado caráter regimental, revelar-se-ia imune ao poder de revisão judicial dos Tribunais, notadamente ao exame desta Suprema Corte."

No mesmo sentido prossegue o Ministro MARCO AURÉLIO, considerando a ofensa ao art. 58, § 3º, da CB/88: "[O]s regimentos das Casas Legislativas estão submetidos, tal como qualquer diploma legal, ao princípio insculpido na Carta de 1988, que é o da legalidade. Não posso endossar a óptica daqueles que chegam ao ponto de admitir até mesmo a possibilidade de, em face a conveniências momentâneas reinantes, a ilustrada maioria simplesmente rasgar o Regimento e ditar a regra de plantão para a disciplina da matéria. Esse modo de ver as coisas não se coaduna com o Estado Constitucional Democrático de direito em que vivemos, nem com a pluralidade política encerrada pela própria Carta da República; não homenageia a necessidade de, em prol do almejado equilíbrio, preservar-se, acima de tudo, a atuação das minorias; alfim, resulta em fator conducente ao totalitarismo." [...]

Regimento Interno condiciona o alcance do preceito constitucional? É possível a inversão de valores? É possível potencializar-se o Regimento Interno da Casa, colocando-se em plano secundário o objetivo maior do § 3º do artigo 58? A prerrogativa não é assegurada à minoria, uma vez que a maioria tudo pode? Não, Senhor Presidente. Não posso, reafirmo, potencializar o Regimento Interno, potencializar o que vejo, de forma desassombrada, como um simples pretexto, a inexistência de recursos, e simplesmente dizer da ineficácia do que se contém no § 3º do artigo 58 da Constituição Federal."

A questão objeto do presente mandado de segurança respeita ao princípio do pluripartidarismo, positivado no caput do artigo 17 da CB/88. Isso, apesar de tratar-se, no caso, de preceito constitucional de eficácia limitada [art. 17, IV, da CB/88], que reclama a edição de lei ordinária. Mas ela respeita, repito, diretamente a preceito constitucional. Daí porque o Supremo há de tomar sob exame o ato coator considerando-o, duplamente, sob o aspecto constitucional e sob o aspecto legal. Aqui não cabe o argumento de que o ato coator seria ato interna corporis, argumento que se prestaria a impedir que o Judiciário cumprisse o dever, que lhe incumbe, de guardar a lei e a Constituição.

**Os artigos 17, IV, da CB/88 e 56, I, da Lei n. 9.096/95 permitem, após o julgamento das ADIs ns.1.351 e 1.354, em respeito ao pluripartidarismo consagrado no texto constitucional, o pleno funcionamento parlamentar dos partidos políticos no interior da Câmara dos Deputados.**

O sistema jurídico-político brasileiro dedica especial cuidado às minorias. Esse verdadeiro "estatuto constitucional das minorias parlamentares", tal qual assinalou o Ministro CELSO DE MELLO no julgamento do MS n. 23.841



[DJ 04.08.2006], há de ser aparelhado com instrumentos que viabilizem a prática efetiva e concreta dos direitos por ele consagrados.

Procurei enfatizar vigorosamente, no julgamento das ADIs ns. 1.351 e 1.354, que a Constituição do Brasil afirma como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil o pluralismo político [art. 1º, V].

Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional são titulares de legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança coletivo e ação direta de inconstitucionalidade [arts. 5º, LXX e 103, VIII]. Todos os partidos políticos, todos eles, sem distinção de nenhuma ordem, desde que estejam representados no Congresso Nacional.

A Lei n. 9.096/95 fazia distinções entre os partidos, tratando-os de modo diferenciado. Isso de modo a entrar em testilhas com o disposto no artigo 17 e §§ da Constituição. De sorte a agravar mesmo o direito de associação, objeto de garantias estipuladas nos incisos XVII, XVIII e XIX do artigo 5º da Constituição. A lei, de modo oblíquo, reduzia a representatividade dos deputados eleitos por determinados partidos, como que cassando não apenas parcela de seus deveres de representação, **mas ainda --- o que é mais grave --- parcela dos direitos políticos dos cidadãos e das cidadãs que os elegeram.** Para ela, o voto direto a que respeita o artigo 14 da Constituição do Brasil não tem valor igual para todos. Uma lei com sabor de totalitarismo. Bem ao gosto dos que apoiaram a cassação de mandatos e de registro de partido político; bem ao gosto dos que, ao tempo da ditadura, contra ela não assumiram nenhum gesto senão o de apontar com o dedo. Não apenas silenciaram, delataram...

Uma lei tão adversa à totalidade que a Constituição é, tão adversa a esta totalidade que o mesmo partido político pelo qual poderá

ter sido eleito o Chefe do Poder Executivo será, sob a incidência de suas regras, menos representativo do que os demais partidos no âmbito interno do Parlamento.

Múltipla e desabridamente inconstitucional, essa lei afrontava o princípio da igualdade de chances ou oportunidades, corolário do princípio da igualdade. Pois é evidente que seria inútil assegurar-se a igualdade de condições na disputa eleitoral se não se assegurasse a igualdade de condições no exercício de seus mandatos pelos eleitos.

As ADIs, porém, corrigiram a distorção, extirpando o lapso temporal do caput do art. 56.

Discorrendo sobre as maiorias e o despotismo da maioria, sobre o absurdo de uma maioria fixada meramente por via matemática e estatística, CARL SCHMITT afirma a necessidade de pressupor-se, sempre, um princípio de justiça material, se não quisermos ver desmoronar de uma só feita todo o sistema da legalidade. Esse princípio é o da igualdade de "chance" para alcançar aquela maioria, aberta a todas as opiniões, a todas as tendências e a todos os movimentos concebíveis. Sem esse princípio, a matemática das maiorias seria um jogo grotesco, um insolente escárnio. Quem obtivesse a primeira maioria a deteria para sempre e seu poder seria permanente.

Quase à mesma época HERMAN HELLER afirmava, significativamente, que o parlamentarismo descansa de modo muito especial em um conteúdo comum de vontade que integra todas as oposições. Pois essa unidade política deve realizar-se, como sua essência requer, em condições da maior liberdade e igualdade de possibilidades de atuação política para todos os grupos.

Anoto ainda aqui, parenteticamente, que há vinte anos sobre esse mesmo princípio escreveu o Ministro Gilmar Mendes, em artigo publicado

na RDP número 82, então discorrendo sobre a jurisprudência constitucional alemã.

A igualdade de chance em verdade não acresce sentido inovador à igualdade. Antes, pelo contrário, desdobra-se da sua própria raiz. Igualdade significando isonomia não apenas entre partidos, porém, sobretudo, entre eleitores.

**A garantia de funcionamento parlamentar, inscrita no preceito do inciso IV do art. 17 da Constituição do Brasil, está jungida ao previsto em lei [ADI n.958, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ 25.08.1995]. O ato coator não pode, com fundamento no que preceitua o Regimento Interno, contra a lei e a Constituição, impedir o exercício de direito líquido e certo a que faz jus o impetrante.**

**Mais do que a simples manutenção da estrutura de cargos destinados ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, cumpre seja assegurada a plena participação da agremiação política nos trabalhos parlamentares.**

O periculum in mora é evidente, uma vez que os funcionários excedentes do partido deverão ser exonerados até o próximo dia 31 de março.

A solicitação de informações para posterior apreciação do pedido liminar consubstanciará tutela satisfativa com sinais trocados. O prazo final para a manifestação da autoridade coatora coincidiria com o termo fixado para a readequação dos quadros do impetrante no âmbito da Câmara dos Deputados, tornando inócua a concessão da cautela.

**Ante o exposto, defiro a medida liminar, para suspender os efeitos da Resolução n. 1 de 2007, mantendo-se a atual estrutura da Liderança do impetrante na Câmara Legislativa até julgamento final do presente mandado de segurança.**

**Intime-se a autoridade coatora para prestar informações no prazo do art. 1º, "a", da Lei n. 4.348/64. Publique-se. Brasília, 20 de março de 2007. Ministro Eros Grau - Relator. ( MS 26460 /**

**DF - DISTRITO FEDERAL Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 20/03/2007 Publicação DJ 27/03/2007 PP-00032).**"

106- O caso dos autos, se assemelha ao disposto no MS 26460-DF, **vez que a REDE SUSTENTABILIDADE, atualmente, possui liderança em funcionamento, referente à legislatura anterior, porém, com a entrada em vigor da Resolução n. 30, ora impugnada, a teor do previsto nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018, a Requerente, mesmo tendo uma parlamentar, ficará impedida de ter acesso ao funcionamento parlamentar, cargos e representação no parlamento.**

107- **Não resta dúvidas que os dispositivos, ora impugnado viola o pluripartidarismo e o disposto no art. 17, IV, da CB/88, afrontando ainda decisão desta Corte Superior proferida nos autos das ADIs ns. 1351 E 1354, sendo certo que os artigos 17, IV, da CB/88 permite, após o julgamento das ADIs ns.1.351 e 1.354, em respeito ao pluripartidarismo consagrado no texto constitucional, o pleno funcionamento parlamentar dos partidos políticos no interior da Câmara dos Deputados.**

108- Negar funcionamento parlamentar, a partidos políticos com razoável conexão eleitoral e atuação programática, ainda que minoritários, por conta da não superação de exigente cláusula de desempenho, é medida que resulta em flagrante ofensa ao preceito fundamental do pluripartidarismo político e às exigências de um mercado eleitoral efetivamente aberto às necessidades de uma sociedade diversa tal qual a brasileira. E tal medida só se justifica ao sabor dos grandes partidos: jamais a serviço da democracia ou, ainda, das exigências de racionalizar a governabilidade.

109- Na ADI 4430/DF, da relatoria do Min. Dias Toffoli, ao discorrer sobre partidos políticos, restou consignado em seu voto o que segue:

(...)  
*Como salienta a sempre clássica lição de Giovanni Sartori, o pluralismo político "indica uma diversificação do poder e, mais precisamente, a existência de uma pluralidade de grupos que são ao mesmo tempo independente se não-inclusivos" (Partidos e sistema partidários. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 34). Na atualidade, são os*

*partidos políticos os principais entes pluralistas. Consectárias diretas do pluralismo, as agremiações partidárias constituem fundamento próprio da República Federativa do Brasil, conforme inscrito no art. 1º, V, da Lei Fundamental. Mereceram, por isso, na Constituição de 1988, atenção e disciplina especial, tendo-se destacado sua relevância no processo eleitoral, estabelecendo-se, inclusive, como condição de elegibilidade a filiação partidária (CF, art. 17). A Carta da República consagra, ademais, logo na cabeça do art. 17 da Carta Maior, a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, limitada essa liberdade à necessidade de resguardar os valores da soberania popular, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana." (grifos nossos).*

110- Ainda na ADI n. 4647 -DF, o Excelentíssimo Ministro Dias Toffoli e atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao se manifestar sobre funcionamento parlamentar, destacou em seu voto que:

**"É de se consignar inicialmente a indiscutível proteção constitucional aos partidos políticos, inclusive aos minoritários, diante da consagração, na Constituição Federal, do pluripartidarismo, com inserção do tema como elemento central no campo dos direitos políticos.**

Esse status constitucional, tal qual apontado na exordial da presente ação, não é matéria inédita nesta Corte, que já teve oportunidade, inclusive no julgamento da ADI no 1.351/DF e da ADI no 1.354/DF - em que o Supremo Tribunal apreciou a chamada "Cláusula de Barreira" - de traçar largas considerações sobre o tema.

De fato, naquela ocasião,

"considerou-se (...) sob o ângulo da razoabilidade, serem inaceitáveis os patamares de desempenho e a forma de rateio concernente à participação no Fundo Partidário e ao tempo disponível para a propaganda partidária

adotados pela lei. Por fim, ressaltou-se que, no Estado Democrático de Direito, a nenhuma maioria é dado tirar ou restringir os direitos e liberdades fundamentais da minoria, tais como a liberdade de se expressar, de se organizar, de denunciar, de discordar e de se fazer representar nas decisões que influem nos destinos da sociedade como um todo, enfim, de participar plenamente da vida pública” (**Informativo no 451**, de 8 de dezembro de 2006).

**Vide** a ementa do referido julgado:

“PARTIDO POLÍTICO - FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR - PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA - FUNDO PARTIDÁRIO. **Surge conflitante com a Constituição Federal lei que, em face da gradação de votos obtidos por partido político, afasta o funcionamento parlamentar e reduz, substancialmente, o tempo de propaganda partidária gratuita e a participação no rateio do Fundo Partidário. NORMATIZAÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE - VÁCUO.** Ante a declaração de inconstitucionalidade de leis, incumbe atentar para a inconveniência do vácuo normativo, projetando-se, no tempo, a vigência de preceito transitório, isso visando a aguardar nova atuação das Casas do Congresso Nacional.” (ADI no 1.351/DF, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJ de 30/3/07 - grifos nossos).

**É certo que, após o julgado, novas disposições foram traçadas sobre o tema pela EC no 97/2017, o que o torna passível de revisitação por esta Corte. Todavia, a essência do que decidido no julgado apontado permanece válida e apta para inspirar a leitura de toda e qualquer disposição que**



**respeite ao pluripartidarismo: o que se veda é o completo afastamento do funcionamento parlamentar ou a redução substancial dos elementos que asseguram esse funcionamento." (Grifos nossos).**

111- No caso dos autos, o disposto nos Art. 1º, Art. 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018 , (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 *caput* e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, as norma impugnadas, inviabilizam o funcionamento parlamentar das bancadas dos partidos minoritários, eis que eliminaram o seu direito à estrutura de liderança de bancada, e os impediram de compor a mesa diretora e as comissões da casa.

112- Há muito, o STF vem admitindo que, se necessário, “*se interprete [a norma] à luz da Constituição para precisar-lhe sentido ou tolher significados incompatíveis com a Carta (técnicas da interpretação conforme a Constituição, declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e permanência da norma ainda constitucional).*” (STF, RE 545503 AgR / PR).

113- Portanto, consoante extrai-se das argumentações anteriormente esposadas, **deve-se declarar a inconstitucionalidade dos Artigos. 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 *caput* e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, impondo limitações ao ao acesso ao funcionamento parlamentar das legendas que não ultrapassaram a cláusula de desempenho previsto no §3º do Artigo 17 da CF/88.

## **VI - DA MEDIDA CAUTELAR**

114- A concessão de medida cautelar demanda fundamentalmente a conjugação de dois requisitos, quais sejam: *o fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo ou risco na demora), a par do art. 10, da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.

115- O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na ação direta de inconstitucionalidade e, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

116- O *fumus boni iuris* reside no risco fundado de que se imponha ilegítimo gravame às legendas minoritárias, solapadas do processo político-deliberativo representativo por exigência dos **Artigos. 1º, 2º, 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, sem qualquer possibilidade de equação mediadora referente ao preceito fundamental do pluralismo político, vez impõe limitações ao acesso ao funcionamento parlamentar das legendas que não ultrapassaram a cláusula de desempenho previsto no §3º do Artigo 17 da CF/88.

**117- O *periculum in mora* repousa, de outra banda, no risco de que a partir de 1 de Fevereiro de 2019, data da entrada em vigor da Resolução n. 30 de 2018, a REDE SUSTENTABILIDADE, ficará sem liderança, sem acesso ao pleno funcionamento parlamentar, considerando** o início da próxima legislatura previsto para dia 02 de Fevereiro de 2019, somando-se a isso, o fato de que os funcionários atuais da REDE SUSTENTABILIDADE que compõem a liderança do partido na Câmara dos Deputados, deverão ser exonerados até o próximo dia 1 de Fevereiro de 2019, fato que caso não seja suspenso os artigos ora impugnados, impedirá que a REDE SUSTENTABILIDADE, tenha acesso ao pleno funcionamento parlamentar e ainda causará enormes prejuízos aos funcionários lotados naquela casa.

118- Assim, diante da relevância da fundamentação expendida e do *periculum in mora* existente, na hipótese de V.Exa. entender presentes os requisitos legais, requer-se o deferimento da medida cautelar ora formulada tendo em vista a previsão de exoneração dos funcionários que hoje compõe a atual estrutura de liderança da REDE SUSTENTABILIDADE, para o dia 1 de Fevereiro de 2019 e o impedimento do funcionamento parlamentar da próxima legislatura que inicia-se dia 02 de Fevereiro de 2019, *ad referendum* do Plenário, **de modo a suspender liminarmente, os efeitos dos Artigos 1º, 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018** (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o **artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007**, mantendo-se a atual estrutura da

Liderança da **REDE SUSTENTABILIDADE** e o direito ao pleno funcionamento parlamentar, na Câmara dos Deputados, até julgamento final do mérito da presente ADI.

## VII - DOS PEDIDOS

Diante de todos os argumentos expendidos e das sobejas razões que demonstram à sociedade a procedência da presente ação, requer-se:

a) **Liminarmente**, presentes os pressupostos do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, seja concedida medida liminar *inaudita altera pars e ad referendum do Plenário*, tendo em vista a previsão de exoneração dos funcionários que hoje compõe a atual estrutura de liderança da REDE SUSTENTABILIDADE, para o dia 1 de Fevereiro de 2019 e ainda impedimento do pleno funcionamento parlamentar, considerando o início da próxima legislatura previsto para dia 02 de Fevereiro de 2019, **requer-se o deferimento da medida cautelar, suspender liminarmente os efeitos dos Artigos 1º, 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018 (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, na parte em que impõe restrição ao funcionamento parlamentar aos partidos que tenham atendido ao disposto no § 3º do art. 17 da Constituição Federal (Cláusula de desempenho)**, mantendo-se a atual estrutura da Liderança da **REDE SUSTENTABILIDADE**, na Câmara dos Deputados até julgamento final do mérito da presente ADI;

b) **Alternativamente**, caso Vossa Excelência entenda não ser hipótese de decisão monocrática cautelar *inaudita altera pars*, **que seja adotado o rito constante no artigo 10 da Lei 9.868/99- e não o do artigo 12, incompatível com a urgência que o caso requer, tendo em vista que a Requerente tem funcionários com exoneração prevista para o dia 1 de Fevereiro de 2019 e o início da próxima legislatura que se inicia no dia 02 de Fevereiro de 2019;**

c) a notificação da CÂMARA DOS DEPUTADOS, por intermédio de seu Presidentes, para que, como órgãos/autoridades responsáveis pela elaboração dos dispositivos ora impugnados manifestem-se, querendo, no prazo de cinco dias, sobre o pedido de concessão de medida cautelar, com base no art. 10 da Lei nº 9.868/99;

d) A notificação da Advogada-Geral da União para se manifestar sobre o mérito da presente ação e da Procuradoria Geral da República, nos termos do Art. 8º da Lei nº 9.868/99 e da exigência constitucional do Art. 103, § 3º;

e) Por fim, seja julgada procedente a presente ação, com o fim de confirmar a medida liminar, emprestando-se interpretação conforme a Constituição, declarando a inconstitucionalidade dos artigos **Artigos 1º, 2º, Art. 3º e parágrafo único do art. 6º da Resolução n. 30 de 2018 de 12 dezembro de 2018 (promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados e publicado na edição do Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 13/12/2018, Página 1), alterando o artigo 9 caput e o § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e Anexo II da Resolução n. 1, de 7 de fevereiro de 2007, na parte em que impõe restrição ao funcionamento parlamentar aos partidos, que tenham atendido aos requisitos disposto no § 3º do art. 17 da Constituição Federal (Cláusula de desempenho), impondo limitações ao funcionamento parlamentar das legendas que não ultrapassaram a cláusula de desempenho previsto no §3º do Artigo 17 da CF/88, em total afronta ao ditames constitucionais, tem em vista os fundamentos expostos na exordial;**

g) **Que toda e qualquer publicação seja feita em nome da Dra. Carla de Oliveira Rodrigues, portadora da OAB -DF n. 33.657, sob pena de nulidade.**

Em vista do disposto no art. 291, do código vigente, atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Termos em que,  
pede deferimento.

Brasília, 6 de Janeiro de 2019.

**Carla Rodrigues**  
**OAB/DF n. 33.657**

**Gustavo Simões**  
**OAB/DF n. 33.658**